



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI
CNPJ: 05.171.921/0001 – 30
Av. Hernane Lameira, 925, Vila Nova, CEP: 68770-000 Inhangapi - Pará.

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO.

MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: adesão à ata nº 09/2020 - Pregão Eletrônico nº 10/2020 - Registro de Preços para a Aquisição de 02 (Dois) Veículos, 0 (Zero) Km, Tipo Mini Bus, com Acessibilidade, com capacidade mínima de 20+1 Lugares, Ano/Fabricação: 2020/2020.

Sr. Prefeito;

O Departamento de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Inhangapi – PA, na pessoa de seu Controlador Interno, O Sr. Marco Aurélio Pimentel Moura inscrito no CPF/MF sob o nº 206.392.442-20, Contador CRC. 8230/O-6 PA, Advogado OAB/PA 25.158, responsável pelo Controle Interno do Município, nomeado pela Portaria No. 020/2017, declara, para os devidos fins, junto ao tribunal de conta dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do Art. 11, da Resolução Nº 11.410/TCM de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o processo o procedimento licitatório realizado na modalidade adesão à ata nº 09/2020 - Pregão Eletrônico nº 10/2020 - Registro de Preços para a Aquisição de 02 (Dois) Veículos, 0 (Zero) Km, Tipo Mini Bus, com Acessibilidade, com capacidade mínima de 20+1 Lugares, Ano/Fabricação: 2020/2020, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica de 02 de setembro de 2020 da Dra. Georgete Abdou Yazbek OAB/PA 4.858, que “OPINA PELA VIABILIDADE DA ADESÃO (CARONA)”, que esta devidamente compondo os autos do processo, assegurando que estão presente todas as formalidades legais da lei nº 8.666/93, fica estabelecido para este controlador o entendimento que o mesmo, esta apto, para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes, atestando através deste, uma PARECER FAVORÁVEL, a este processo administrativo. Pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade;

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade; com as ressalvas enumeradas no parecer do controle interno, encaminhado como anexo.

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade; conforme improbidade ou ilegalidades enumeradas no parecer do controle interno encaminhado como anexo.

CONCLUSÃO:

Assim, após o exame do processo, entendemos que o mesmo está de acordo com a legislação vigente e apto para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

É o parecer.

Encaminhem-se os autos a CPL.

Inhangapi PA, 02 de setembro de 2020.

Marco Aurélio Pimentel Moura
Controlador Interno - PMI
Portaria 020/2017 GAB/PREF.